

**A. I. Nº** - 207095.0518/04-4  
**AUTUADO** - EVANDRO PEREIRA DOS SANTOS  
**AUTUANTE** - JOSÉ PEDRO ROBERTSON DE SOUSA  
**ORIGEM** - INFAZ ALAGOINHAS  
**INTERNET** - 15.10.04

### 3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0387-03/04

**EMENTA: ICMS. 1. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS SUJEITAS À TRIBUTAÇÃO.** Ficou comprovado que a quase totalidade das notas fiscais foi escriturada nos livros fiscais. Infração parcialmente caracterizada. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO.** Restou comprovado que as mercadorias não se destinavam a posterior revenda, descabendo a cobrança do imposto devido por antecipação tributária. Infração não caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 13/05/04, para exigir o ICMS no valor de R\$36,01, acrescido da multa de 60%, além de multa por descumprimento de obrigação acessória no montante de R\$353,22, em decorrência de:

1. Falta de registro, na escrita fiscal, de entradas, no estabelecimento, de mercadorias sujeitas à tributação – R\$353,22;
2. Falta de recolhimento do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos Anexos 69 e 88 – R\$36,01.

O autuado apresentou defesa (fl. 30), alegando, em relação à infração 1, que os documentos fiscais relacionados no lançamento estão devidamente escriturados no livro Registro de Entradas, consoante as fotocópias que anexou às fls. 31 a 45. Reconhece, todavia, que não lançou a Nota Fiscal nº 119361 e salienta que está anexando DAE para comprovar o recolhimento da multa exigível (fl. 46).

Quanto à infração 2, aduz que a nota fiscal que originou a autuação refere-se à aquisição de ferramentas para reparos em motores Honda, não sendo, portanto, devido o imposto por antecipação tributária.

O autuante, em sua informação fiscal (fls. 48 e 49) acata todas as alegações defensivas e altera o débito exigido para o valor já recolhido pelo contribuinte. Finalmente diz que “somos pela procedência parcial do auto de infração, não carecendo de julgamento, pois já fora satisfeito o débito tributário”.

O autuado foi cientificado do teor da informação fiscal (fl. 50), mas não se manifestou nos autos.

## VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir ICMS e multa em decorrência da falta de registro, na escrita fiscal, de entradas, no estabelecimento, de mercadorias sujeitas à tributação (infração 1) e por falta de recolhimento do imposto por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação e relacionadas nos Anexos 69 e 88 (infração 2).

Relativamente à infração 1, o autuado alegou que as notas fiscais foram devidamente escrituradas em seu livro Registro de Entradas, conforme as fotocópias que acostou aos autos, exceto a Nota Fiscal nº 119361, razão pela qual recolheu a penalidade correspondente, conforme o DAE juntado à fl. 46. O autuante concordou com o argumento defensivo e reduziu o valor da multa para R\$22,57, exatamente o montante pago pelo sujeito passivo, importância que acato por estar de acordo com as provas dos autos.

Quanto à infração 2, o contribuinte argumentou que a nota fiscal que originou a autuação refere-se à aquisição de ferramentas para reparos em motores Honda, não sendo, portanto, devido o imposto por antecipação tributária, alegação também acatada pelo autuante. Sendo assim, considero indevido o montante ora exigido.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 207095.0518/04-4, lavrado contra **EVANDRO PEREIRA DOS SANTOS**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$22,57**, prevista no art. 42, IX, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado o valor efetivamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de outubro de 2004.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR